

Quart'ética realizada em 06 de dezembro de 2006

Tema: O Psicólogo e a escrita – possibilidades e limites de intervenção

Palestrante: Psicólogo José Eduardo M. Saraiva – CRP 05/23758

Boa noite. Eu queria agradecer o convite do Conselho Regional de Psicologia e festejar esse espaço, sempre bom pra conversar e refletir. Eu vou tentar ser bem rápido no que eu vou colocar para que a gente tenha tempo para refletir juntos sobre uma série de coisas que dizem respeito a assunto tão rico e que diz respeito a nós todos, seja qual for o espaço de atuação profissional em que nos situemos.

Eu queria, a princípio, lembrar que nós atuamos no Judiciário sob determinação do juiz, e isso, no caso específico do Judiciário, faz toda a diferença. Ou seja, existe alguém que cria uma expectativa a respeito daquilo que eu como psicólogo posso fazer, do que eu posso realizar, e me solicita isso. Então, a princípio, já é um tipo de trabalho que tem esse viés, o viés daquilo que o juiz espera que eu realize. Essa primeira expectativa pode criar uma contradição com aquilo que eu de fato posso realizar.

Nessa perspectiva, muitas vezes a gente tem que, muito mais, lidar com essa demanda do que propriamente com aquele caso específico que está em questão, ou seja, trata-se, muitas vezes, de desconstruir uma determinada expectativa que se tem em relação ao nosso trabalho do que propriamente atuar segundo os ditames técnicos de nossa profissão. Até porque às vezes a gente está sendo solicitado a fazer alguma coisa que de fato extrapola uma dimensão inclusive ética daquilo que a gente pode realizar.

Refiro-me a um embate, um embate de forças que caracteriza um espaço que a gente chama de Instituição. Ou seja, retomando o que a Eliana Olinda havia dito, a escrita produz efeitos e se ela produz efeitos, ela é uma intervenção; mais do que aquilo que eu estou fazendo na prática, na sala, no que posso chamar de consultório, de sala de atendimento ou seja lá onde for, a minha escrita produz efeitos. Se ela produz efeitos, ela é uma intervenção sobre a realidade institucional.

Nessa perspectiva, eu tenho que, como profissional inserido naquela realidade institucional, pensar a respeito dessa realidade institucional. O que é esse lugar onde estou? O que se espera de mim? E aí eu vou chegar à idéia de Instituição, um espaço que, muito além de ser um espaço de interação, é um espaço de confrontação, é um espaço de forças, um jogo de forças e de forças antagônicas muitas vezes. Portanto, existe um jogo de poder presente nessa realidade institucional. O psicólogo, inserido nessa realidade institucional e demandado por essa realidade institucional, tem que estar consciente, aliás, é melhor que

esteja consciente desse jogo de forças, desse jogo de poder. Porque eu posso também atuar não estando consciente, e aí talvez o efeito seja o pior possível.

Se há forças antagônicas, eu tenho que estar consciente daquilo que a instituição espera do meu trabalho, exatamente para que eu possa intervir nisso, para que eu possa atuar numa perspectiva de intervenção. Ou seja, aceitando essa demanda ou não aceitando essa demanda; aceitando essa demanda ou questionando essa demanda. Ou transformando essa demanda. Então, de tudo o que estou falando, eu só posso entender que a minha prática necessariamente está norteada por uma reflexão muito mais do que puramente técnica ou clínica; para além disso, ela tem um componente político muito forte. Ético e ético-político, no sentido da compreensão e de poder refletir a respeito desse jogo de forças e daquilo que está sendo esperado de mim como profissional.

Nesse sentido, posso dizer que escrever, mais do que uma realidade técnica ou clínica de um caso específico, é um ato político por estar inserido nesse jogo de forças, e é um ato que está transpassado, vamos dizer assim, por um conhecimento dessa realidade institucional, pela expectativa dessa instituição quanto ao trabalho do psicólogo e pelos pressupostos éticos e políticos que vão nortear a prática daquele que está redigindo os seus documentos técnicos.

Tão importante quanto aquilo que observamos de uma determinada situação é como comunicamos isso. Quer dizer, pensar os possíveis efeitos daquilo que comunicamos. É tão importante quanto simplesmente detectar alguma coisa, observar alguma coisa, concluir, inferir o que quer que seja. E, nesse sentido, é essencial o respeito pela fala do outro, o respeito pela perspectiva do outro. Quando a gente se porta eticamente segundo esses ditames, a gente analisa determinada situação sem entrar nessa lógica adversarial, em que existe necessariamente uma vítima e um algoz. Me refiro a certas demandas absurdas que às vezes a gente responde absurdamente também, por exemplo o exame criminológico pra dizer se o cara vai voltar a delinquir. No nosso caso, a questão do delinquir pode se remeter à questão do abuso, da violência sexual ou física. As perguntas absurdas pra gente talvez sejam essas: “ele vai voltar a espancar a criança? Vai voltar a abusar dos filhos?” Ou, no caso da adoção, “Aquela pessoa vai ter sucesso na adoção que ela almeja fazer?” Como se a gente pudesse fazer o registro de uma situação futura, quando a gente de fato só pode se reportar a uma situação presente. Nessa situação presente alguma coisa pode ser promissora ou pouco promissora, quando você analisa o conjunto da situação você pode até concluir por isso. Mas não fazer uma previsão, antecipar o futuro. Eu considero essa uma das maiores “escorregadas” tecnicistas – bem como um grande tiro no próprio pé – que podemos dar na nossa profissão.

É interessante como nós estamos numa época absolutamente impregnada de biologização, de medicalização, de interiorização da realidade, de individualização da

realidade. Necessariamente isso é uma coisa que impregna, que enviesa, que empobrece o raciocínio da gente, a prática da gente e muitas vezes a nossa conduta cotidiana. É impressionante como estamos colados nisso, mergulhados nessa realidade e o quanto isso pode ser danoso, pode ser perigoso. Eu estava pensando nesses nossos tempos e refletindo no quanto expressão e expressividade estão sendo confundidas com sintoma. O menino realmente tem uma série de condutas desagradáveis, ele xinga a professora, deve bater em todo o mundo, inclusive na professora, enfim, isso está expressando alguma coisa, em vez de ser um fator, em vez de ser encarado como um sinal de alguma coisa que está sendo expressa, é simplesmente visto como um sintoma a ser debelado. E aí entra a medicalização maciça, é impressionante! Leva no psiquiatra, é déficit de atenção ou é bipolaridade, ele está na fase maníaca ou está na fase melancólica, e aí entra lítio, entra mais não sei o quê, entra toda uma impregnação química que diz dessa perspectiva tão interiorizada. E o quanto isso é perigoso, porque se a gente acha que quem faz isso é o juiz ou o psiquiatra, muitas vezes somos nós que fazemos isso, muitas vezes somos nós psicólogos que proporcionamos isso. É impressionante como a gente se arvora a fazer uma verdadeira radiografia mental, de posse daqueles instrumentos, testes, instrumentos de entrevista, seja lá o quê, a gente circunscreve determinada realidade, não importa se é um sujeito, se é uma família. A gente circunscreve, a gente pinça aquilo e acha que pode falar numa perspectiva clínica e se reportar única e exclusivamente a uma realidade individual. E o quanto isso é perigoso, o quanto isso é muitas vezes uma casca de banana inclusive até para o nosso próprio trabalho. Muitas vezes, não é o juiz que está pedindo isso, é a gente que está impregnado desta intenção. “O médico não tem o aparelho de raio X? Pois eu tenho os meus testes também, que vão fazer a mesma coisa”. Essa perspectiva médica e biológica, é interessante que a gente possa entendê-la, possa percebê-la não só como produto da prática ou do raciocínio do médico, mas muitas vezes do nosso próprio. Às vezes é a nossa própria perspectiva que cria isso. Tudo bem, o psiquiatra medicou, ele canetou ali o garoto, mas quem foi que o levou para lá? Existe uma instituição, existem profissionais, existem técnicos que estão colocando esse garoto no lugar do doente, no lugar do incompleto, no lugar daquele que precisa ser medicado, precisa ser contido por manifestar uma “distorção de conduta”.

Então, nesse sentido, a escrita – voltando ao tema –, mais do que uma realidade técnica ou clínica do caso, ela é intervenção, ela se dirige a alguém e tem de ser feita a partir de uma reflexão acerca dos possíveis efeitos que essa escrita possa ter naquela realidade institucional e nos sujeitos envolvidos. Eu acho que isso é uma coisa absolutamente fundamental, porque senão a gente pode cair num cientificismo, num tecnicismo que mascara uma prática conservadora e voltada para o controle das condutas e da subjetividade. Sem falar no fato de que pode ser também um tiro no próprio pé no sentido de criar expectativas absolutamente irreais a respeito da nossa prática. Quando isso se torna uma verdade, como

se falou aqui – tanto a Lídia quanto a Eliana falaram na questão da verdade –, a gente esquece também a diferença entre verdade e versão. Se a gente pensa numa verdade, a gente pensa numa verdade *per sí*, uma verdade que já está estabelecida em si mesma. O quanto essa reflexão, mais do que uma perspectiva epistemológica, o quanto essa reflexão é também de natureza política. O fato de que eu posso escrever a respeito de alguém, mas eu também não posso diagnosticar no sentido de radiografar uma determinada realidade, construir uma verdade acerca de uma dada situação a pretexto de dar conta da dimensão psicológica dessa situação.

Só para finalizar, o laudo, nesse sentido, o documento psicológico, seja como for que a gente o chame, o laudo, a escrita psicológica não se pode ater somente a uma dimensão clínica ou técnica da questão, mas tem de ser algo que possa mudar uma determinada perspectiva e talvez retirar um peso que caia predominantemente sobre uma determinada situação, sobre um determinado sujeito. Eu acho que um laudo interessante é aquele que pode tirar alguém de determinada posição em que essa pessoa esteja tendendo a se cristalizar ou a ser cristalizada pela realidade institucional. Logicamente que isso não é o mais fácil, o mais confortável, muitas vezes a gente fica em posições absolutamente desconfortáveis. O Judiciário é, então, pródigo em criar desconforto na gente, diariamente, uma saia justa atrás da outra. Eis o nosso impasse, mas também nosso espaço de inserção e nossa possibilidade de intervenção.

É isso, o resto é a gente conversar. Obrigado.